

PROCESSO - A. I. Nº 222074.0003/10-9
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - MARCOS DOS SANTOS PEREIRA
RECURSO - REPRESENTAÇÃO PGE/PROFIS
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 26/12/2016

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0251-12/16

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Representação proposta com fulcro no art. 119, inciso II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB). Mercadorias apreendidas e depositadas em mãos de terceiro, infiel, por Decisão da Administração Fazendária. Impossibilidade de exigência de crédito tributário do autuado. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação da PGE/PROFIS, através da petição de fls. 75 a 77, pugnando pela extinção do Auto de Infração, e posterior remessa do PAF ao Núcleo de Representação Judicial da PROFIS, de acordo com o Art. 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB) c/c o Art. 113, § 5º, I, do RPAF/99, com vistas a promover a propositura da competente ação judicial contra o depositário infiel, MOTO CAPITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Os presentes autos cuidam de Auto de Infração onde houve a apreensão de 8 (oito) motocicletas transportadas sem a devida documentação fiscal, acompanhadas apenas de uma relação discriminando os veículos, elaborada pela empresa MOTO CAPITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. esta fiel depositária das mercadorias, conforme Termo de Depósito, anexo à fl. 16.

No decorrer do processo administrativo fiscal, o autuado MARCOS DOS SANTOS PEREIRA intimado a se manifestar sobre o Auto de Infração se manteve silente, não tendo apresentado defesa administrativa tempestiva e nem efetuado o pagamento do débito apurado e desta forma, sendo decretado a sua condição de revel.

Posteriormente foram encaminhadas diversas intimações direcionadas à empresa MOTO CAPITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e a seus sócios, com intuito de que as mercadorias que estavam sob a guarda da empresa fossem devolvidas, o que não ocorreu, desta forma, acordo com o Art. 31-H E 31-k do RPFA/Ba, foi determinado a extinção do crédito tributário e encaminhamento à PGE/PROFIS, para propositura de ação de depósito contra o agora, infiel depositário.

Passados 2 meses, foi realizado o parcelamento, em nome do autuado, porém como responsável a empresa MOTO CAPITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-ME, tendo esta pago a parcela inicial conforme consta à fl. 56, todavia deixando as outras parcelas em aberto, ocorrendo desta forma a interrupção do parcelamento (fl. 74).

A Douta Procuradora Maria Helena de Mendonça Cruz, em posse de toda documentação, apresenta Representação ao CONSEF, conforme “PARECER PGE/PROFIS”, às fls. 75 a 77 dos autos, pugnando pela extinção do crédito tributário.

VOTO

A presente Representação sugere que o crédito tributário objeto de lançamento através do Auto de Infração em epígrafe seja cancelado em face da impossibilidade de prosseguimento da cobrança contra o autuado. Isto porque, houve a transferência da guarda das mercadorias apreendidas para uma terceira pessoa, na qualidade de fiel depositário, esta que deverá arcar com as consequências legais.

No entender da Procuradoria, o expediente oportuno nesta fase processual é a ação de depósito a ser movida contra o depositário infiel.

Nos termos do art. 31-H, inciso II, do RPAF/Ba, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, as mercadorias apreendidas serão consideradas abandonadas, ficando desobrigado o devedor e extinto o crédito tributário, quando não ocorrer o pagamento do débito até 120 (cento e vinte) dias após a apreensão, salvo se houver impugnação do débito.

Conforme se depreende da análise do Parecer das fls. 75 a 77, a PGE/PROFIS se posicionou no sentido de que o autuado em sede de controle de legalidade explicou que tão somente transportava as mercadorias, mas que não seria o responsável por elas, desta forma ficando caracterizado que as mercadorias transportadas foram apreendidas e depositadas em poder de terceiro, diverso do autuado e desta forma, sustento o entendimento, no sentido da impossibilidade da manutenção da ação fiscal contra o transportador autuado na fase em que se encontra o processo.

Pelo exposto, com supedâneo nos Artigos 109 do COTEB/Ba e do Art. 31-H do RPAF/Ba, acolho a Representação proposta, para autorizar a extinção do crédito constituído em decorrência do abandono dos bens pelo responsável solidário, devendo o PAF ser encaminhado à PGE/PROFIS para o devido conhecimento e posterior propositura da competente ação de depósito em nome do terceiro (depositário infiel), com anuência do Estado da Bahia.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta e decretar **EXTINTO** o crédito tributário referente ao Auto de Infração nº 222074.0003/10-9, lavrado contra **MARCOS DOS SANTOS PEREIRA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de dezembro de 2016.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - PRESIDENTE

TIAGO DE MOURA SIMÕES - RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS